

PENSAR A GUERRA

Este artigo fala da Guerra com G maiúsculo, como guerra “quente” e guerreada por explícito consenso das nações, sob a forma que ela assume no mundo contemporâneo. Como é entregue na redação nos dias em que as tropas aliadas entraram na Cidade do Kuwait, é provável que — se não houver golpes de teatro — seja lido quando todos acharem que a Guerra do Golfo terá obtido um resultado satisfatório, conforme aos fins para os quais foi iniciada. Neste caso, falar da impossibilidade e inutilidade da guerra pareceria uma contradição, porque já ninguém estaria disposto a considerar inútil ou impossível uma empresa que permitiu alcançar os resultados previstos. E contudo as reflexões seguintes *devem* ser válidas, corram as coisas como correrem. Aliás, com maior razão devem ser válidas no caso de a guerra permitir conseguir resultados “vantajosos”, precisamente porque isso poderia persuadir toda a gente de que a guerra ainda será, em certos casos, uma possibilidade razoável. Enquanto se torna um dever negá-lo.

Desde o início da guerra, têm-se ouvido ou lido vários apelos que “censuravam” os intelectuais por não tomarem a devida posição a respeito deste drama. Como a maioria vocal que falava ou escrevia isto costumava ser representada por intelectuais (no sentido sindical do termo), perguntamo-nos quem pertencia à minoria silenciosa a quem se exigia tomada de posição. Evidentemente, tratava-se dos que não se tinham pronunciado de modo “correto”,

optando por uma das duas partes em jogo. A prova é que, dia após dia, se alguém se pronunciava de maneira contrária às expectativas do outro, era logo rotulado como intelectual traidor, quer belicoso filocapitalista, quer pacifista filoárabe.

A contraposição dos meios de comunicação de massa dentro da maioria vocal fazia que cada parte merecesse as acusações da outra. Os apoiantes da necessidade e inevitabilidade do conflito surgiam como intervencionistas à velha maneira; os pacifistas, em grande parte incapazes de se subtraírem a *slogans* e rituais dos passados decênios, mereciam a cada instante a acusação de quererem a rendição de uns para premiar a beligerância dos outros. Como ritual de exorcismo, quem apoiava o conflito devia começar por afirmar como era cruel a guerra, e quem a ela se opunha devia começar por afirmar como era cruel Saddam.

Em cada um destes casos, certamente assistimos a um debate entre intelectuais profissionais, mas não a um exercício da função intelectual. Os intelectuais como categoria são uma coisa muito esfumada, como se sabe. Diferente é, porém, definir a “função intelectual”. Esta consiste em identificar criticamente o que se considera uma aproximação satisfatória ao conceito de verdade — e pode ser feita por qualquer pessoa, tanto por um marginal que reflita sobre a sua própria condição e que de qualquer modo a exprima, como pode ser traída por um escritor que reaja aos acontecimentos de modo apaixonado, sem se impor a decantação da reflexão.

Por isso, dizia Vittorini, o intelectual não deve tocar o píforo da revolução. Não para escapar às responsabilidades de uma opção (que pode fazer como indivíduo), mas porque o momento da ação exige que se eliminem os cambiantes e as ambiguidades (e esta é a função insubstituível do *decision maker* em todas as instituições) e a função intelectual consiste em escavar as ambiguidades e trazê-las à luz do dia. O primeiro dever do intelectual é criticar os seus próprios companheiros de viagem (“pensar” significa desempenhar o papel de Grilo Falante). Pode acontecer que o intelectual opte pelo silêncio por temer trair aqueles com que se identifica, pensando que, apesar dos seus erros contingentes, pro-

curavam o melhor para todos. Trágica opção, de que estão cheias as histórias, pela qual já se viu alguém morrer, procurando a morte numa luta em que não acreditava, por pensar que não se podia trocar a lealdade pela verdade. Mas a lealdade é uma categoria moral e a verdade é uma categoria teorética.

Não é que a função intelectual esteja separada da moral. É opção moral decidir exercê-la, tal como é opção moral a do cirurgião ao decidir cortar carne viva para salvar uma vida. Mas, no momento em que está a cortar, o cirurgião não deve comover-se, nem quando decide fechar a incisão porque já não vale a pena continuar a operar. A função intelectual pode até levar a resultados emocionalmente insuportáveis, *porque às vezes se devem resolver alguns problemas mostrando que não têm solução*. É opção moral exprimir a sua conclusão — ou calá-la (talvez com a esperança de que seja errada). Tal é o drama de quem, nem que seja por um único momento, se incumbe da tarefa de “funcionário da humanidade”.

Tem-se ironizado muito, até por parte dos católicos, sobre a posição do Papa, que disse que não se deve fazer a guerra, rezou, e ofereceu soluções na realidade subsidiárias que pareceram exíguas em relação à complexidade dos acontecimentos. Para o justificar, tanto amigos como inimigos concluíram que o pobre homem só fazia o seu ofício, porque não poderia dizer outra coisa. É justo. O Papa (do seu próprio ponto de vista acerca da verdade) exerceu a função intelectual e disse que não se deve fazer a guerra. O Papa deve dizer que, se quisermos praticar o Evangelho até ao fim, temos de dar a outra face. Mas o que faço eu se alguém quiser matar-me? “Desenrasca-te”, *deveria* dizer o Papa, “o problema é teu” — e a casuística sobre a legítima defesa só interviria depois para compensar a fragilidade humana, devido à qual ninguém é obrigado ao exercício heroico da virtude. A posição é tão impecável que, se (e quando) o Papa acrescentar mais alguma coisa que possa vir a ser entendida como uma indicação prática, abandona a sua própria função intelectual e faz opções políticas (e o problema é dele).

Se assim é, tem de se dizer que a comunidade intelectual de há quarenta e cinco anos para cá nunca se calou perante o problema

da guerra. Falou dela, e com tal empenho missionário que alterou radicalmente o modo como o mundo a vê. Nunca antes tinham as pessoas sentido todo o horror e a ambiguidade do que estava a acontecer. Tirando alguns doidos furiosos, ninguém tinha as ideias a preto e branco. O facto de a guerra ter eclodido de qualquer modo é sinal de que o discurso dos intelectuais não foi completamente bem-sucedido, não foi suficiente, não teve o espaço histórico necessário. Mas isto é um acidente. O mundo hoje olha para a guerra com olhos diferentes daqueles com que podia vê-la no princípio do século, e se alguém falasse hoje da beleza da guerra como única “limpeza” do mundo, não entraria na história da literatura mas na da psiquiatria. Aconteceu à guerra o que aconteceu com o crime de honra, ou a lei de talião: não é que já ninguém os pratique, a comunidade é que os considera um mal, enquanto antes os julgava um bem.

Mas estas seriam ainda reações morais e emotivas (e por vezes a própria moral pode até aceitar exceções à proibição de matar, tal como a sensibilidade coletiva pode aceitar horrores e sacrifícios que garantam um bem maior). Há porém um modo mais radical de pensar a guerra em termos meramente formais, de coerência interna, refletindo sobre as suas condições de possibilidade, para concluir que não se pode fazer a guerra porque a existência de uma sociedade da informação instantânea e dos transportes rápidos, da migração intercontinental contínua, juntamente com a natureza da nova tecnologia bélica, tornou a guerra impossível e irracional. A guerra está em contradição com as próprias razões pelas quais se faz.

Qual tem sido, no decorrer dos séculos, a finalidade de uma guerra? Fazia-se uma guerra para derrotar o adversário, de modo a retirar um benefício da sua perda, e de modo que as nossas intenções — de agir de certa maneira, para obter um certo resultado — fossem tática ou estrategicamente realizadas para tornar inexecutáveis as intenções do adversário. Para esses efeitos, deviam pôr-se em campo todas as forças de que se pudesse dispor. Finalmente, o jogo fazia-se entre nós e o adversário. A neutralidade dos outros, o facto de a nossa guerra não os incomodar (e de, em cer-

ta medida, lhes permitir tirar algum proveito dela), era condição necessária para a nossa liberdade de manobra. Nem a “guerra absoluta” de Clausewitz escapava a estas restrições.

Foi só no nosso século que nasceu a noção de “guerra mundial”, de tal modo que pudesse envolver até sociedades sem história como as tribos polinésias. Com a descoberta da energia atômica, da televisão, dos transportes aéreos e com o nascimento das várias formas de capitalismo multinacional, verificaram-se algumas condições que impossibilitam a guerra:

1. As armas nucleares convenceram todos de que um conflito atômico não teria vencedores mas um único perdedor: o planeta. Porém, se, num primeiro momento, nos apercebemos de que a guerra atômica é antiecológica, depois convencemo-nos de que todas as guerras antiecológicas são atômicas e que, por fim, todas as guerras já não podem deixar de ser antiecológicas. Quem lança a bomba atômica (ou quem polui o mar) declara guerra não só aos neutrais mas também à própria terra no seu conjunto.

2. A guerra já não ocorre apenas entre duas frentes separadas. O escândalo dos jornalistas americanos em Bagdad equivale ao escândalo, de dimensões bem maiores, de milhões e milhões de muçulmanos pró-iraquianos que vivem nos países da aliança anti-iraquiana. Nas guerras de outrora os potenciais inimigos eram internados (ou massacrados), um compatriota que dentro do território inimigo falava das razões do adversário era, no fim da guerra, enforcado. Mas a guerra já não pode ser frontal devido à própria natureza do capitalismo multinacional. Não foi por acaso que o Iraque foi armado pelas indústrias ocidentais. Está dentro da lógica do capitalismo maduro, que se subtrai ao controlo dos estados individuais. Quando o governo americano acha que as companhias de televisão fazem o jogo do inimigo, julga ainda que se encontra perante uma conspiração dos convencidos pró-comunistas; de forma semelhante, as companhias de televisão têm a ilusão de que personificam a figura heroica de Humphrey Bogart, que faz o *gangster* prevaricador ouvir por telefone o ruído das rotativas, dizendo: “É a imprensa, meu velho, e tu não podes detê-la.” Mas o objetivo da indústria da notícia é vender notícias, se